

INST.FED.DE EDUC.,CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG

Estudo Técnico Preliminar 32/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23791.000291/2026-10

2. Descrição da necessidade

2.1. NECESSIDADE INSTITUCIONAL A SER ATENDIDA

2.1.1 A necessidade da contratação está descrita no tópico 2 do Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 2559450), conforme transcrito abaixo:

2.1. Descrição da necessidade

Trata-se da contratação de solução para atender às necessidades de deslocamento de servidores e discentes do Campus Teófilo Otoni para participações em atividades administrativas e acadêmicas dentro e fora do município de Teófilo Otoni/MG.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento	Ervânio Fernandes Matos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE (IPPC - P. 24, ITEM 4.3)

4.1.1. No caso de serviços , a contratada deverá cumprir os requisitos de qualidade que constarão como especificação do objeto e/ou obrigações do fornecedor.

4.1.1.1. A contratada deverá cumprir os indicadores de desempenho previstos em Resultados que constará como anexo do termo de referência.

4.2. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.2.1. Não há solução padronizada disponível no Catálogo Eletrônico de Padronização do PNCP que seja compatível com a necessidade de contratação tratada neste estudo técnico preliminar, conforme verificado nesta oportunidade através do portal <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

4.3. VIGÊNCIA INICIAL E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

4.3.1. Trata-se de contratação de serviços para manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas. Logo, será adotado o contrato continuado, com vigência inicial de prorrogável até o limite de 10 anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.1433/2021.

4.3.1.1. Os serviços ora planejados são classificados como SERVIÇOS CONTINUADOS , 12 (doze) meses , no âmbito do IFNMG, conforme Portaria Reitor(a) 483/2024 (SEI 1706768), estando entre aqueles que devem estender-se por mais de um exercício financeiro,

já que sua interrupção comprometeria a regularidade e/ou manutenção das atividades da Instituição. Logo, tratam de necessidades permanentes ou prolongadas do IFNMG Campus Teófilo Otoni.

4.3.1.2. Os serviços são classificados como COMUNS, conforme definição da Lei 14.133/2021, tendo em vista que podem ser descritos por meio de especificações usuais do mercado.

4.4. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.4.1. Nesta contratação serão adotadas as práticas de sustentabilidade previstas nas páginas 13 a 20, 159 a 162, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU, na última versão (2025), devendo ser consideradas no termo de referência.

4.4.2. Deverão, também, ser consideradas e aplicadas, no que couber, as metas e ações previstas no Plano Diretor de Logística Sustentável do IFNMG, disponível em:

https://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=67896.

4.5. TRANSIÇÃO CONTRATUAL (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

4.5.1. Não haverá necessidade de procedimentos específicos para a transição contratual ou transferência de conhecimento, tecnologia ou técnica aplicadas ao final da vigência contratual.

REQUISITOS ESPECÍFICOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

4.6. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO - NÃO VEDAÇÃO - (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

4.6.1. A contratação dos serviços tratados neste documento não está vedada pelo art. 3º do Decreto 9.507/2018, visto que se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do IFNMG, observadas as disposições do art. 48 da Lei 14.133/2021 e seus incisos.

4.7. GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

4.7.1. Para esta contratação, será suficiente a garantia mínima legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

4.8. REQUISITOS DE PRAZO DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

4.8.1. A execução dos serviços considerará a seguinte dinâmica quanto à forma de pedido e prazos:

4.8.1.1. Forma de execução:

(X) Execução continuada, independente de pedidos e ou de cronograma

4.8.1.2. Prazo de início e de conclusão do serviço: contados da assinatura do contrato. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de 15 dias, contados da assinatura do contrato.

4.9. POSSIBILIDADE OU EXIGÊNCIAS DE SUBCONTRATAÇÃO (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

4.9.1. Não será exigida nem admitida a subcontratação parcial do serviço

4.9.1.1. Justificativa: por envolver contrato cujo objeto é a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização), a permissão de subcontratação aumentaria sobremaneira os riscos para o IFNMG e para os profissionais envolvidos na execução. Assim, não será admitida.

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

4.10. PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA DE MULHERES (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

4.10.1. A contratação não envolve exclusiva de mão de obra, serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, ou, sendo o caso de dedicação não prevê quantidade igual ou superior a 25 colaboradores emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica constante no Decreto 11.430/2023.

4.11. PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

4.11.1. Até a presente data, não há regulamentação do art. 25, § 9º, inciso II, da Lei 14.133/2021. Assim, não é cabível a exigência de utilização de mão de obra de oriundos ou egressos do sistema prisional.

RELEVÂNCIA DA PONTUAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

4.12. RELEVÂNCIA DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

4.12.1. O objeto de contratação numa das hipóteses previstas nos incisos do art. 36 da Lei 14.133 não se enquadra /2021. Assim, . não é pertinente a adoção do critério de julgamento de técnica e preço

5. Levantamento de Mercado

5.1. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

5.1.1. Para atendimento da necessidade institucional, foram verificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

TIPO DA SOLUÇÃO (*)	ID	DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	O TIPO DE SOLUÇÃO JÁ FOI ADOTADO ANTES NO IFNMG?	POTENCIAIS FORNECEDORES
Contratação de Serviço	1	Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra	Gestão descentralizada de mão de obra Aproveitamento da de empresas expertise do ramo Fornecimento ágil de materiais de consumo, quando comparado com execução direta pelo IFNMG	Risco de solidariedade em débitos trabalhistas e previdenciários, que pode ser mitigado parcialmente com a utilização da conta vinculada Riscos de pessoalidade e subordinação indevida Risco de seleção de empresas sem reais condições técnicas e /ou econômicas	SIM	Ampla competição
Contrato de eficiência	2	Contratação de serviço de aluguel de veículos com motorista	-	-	Essa hipótese está vedada pela Portaria ME 179/2019	Inviável
Contratação de serviços de transporte por km rodado	3	Contratação de serviços de transporte por km rodado (motorista e/ou veículo com motorista)	Redução de despesas, como compra de veículos, manutenção, seguro, depreciação e encargos trabalhistas. Tudo vira custo variável, pago apenas quando o serviço é utilizado.	O campus Teófilo Otoni dispõe de frota própria, o que é incompatível, em geral, com contratação de serviços de transporte por km rodado. A quantidade de viagens que exigem motorista profissional e a duração delas, não recomenda esse modelo. Pela natureza das atividades do IFNMG, é necessário, também, elevado grau de confiança do IFNMG no profissional em relação aos servidores que serão transportados, já que	NÃO	Desconhecida

				envolvem viagens frequentes entre cidades, regiões e estados diferentes.		
Execução direta, pelo IFNMG	4	Execução dos serviços por servidores do plano de cargos e carreiras do IFNMG	Dispensa contratação Aproveitamento maximizado do corpo de servidores Redução de impacto orçamentário	Inviável por não haver cargo de motorista provido no IFNMG Campus Teófilo Otoni	Inviável	Inviável

6. Descrição da solução como um todo

6.1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1.1. Com base na avaliação das soluções listados no tópico anterior, recomendamos a escolha da seguinte solução:

TIPO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA	ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
Contratação de serviços	1	Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para execução indireta das atividades necessárias

6.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A ESCOLHA

6.2.1 A hipótese de contratação de serviço de aluguel de veículos com motorista está vedada pela Portaria ME 179/2019 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-no-179-de-22-de-abril-de-2019>. Acesso em 02.05.2023).

6.2.3 A contratação de serviços de transporte por km rodado (motorista e/ou veículo com motorista), destaca-se que o campus Teófilo Otoni dispõe de frota própria, o que é incompatível, em geral, com contratação de serviços de transporte por km rodado. A quantidade de viagens que exigem motorista profissional e a duração delas, não recomenda esse modelo. Pela natureza das atividades do IFNMG, é necessário, também, elevado grau de confiança do IFNMG no profissional em relação aos servidores que serão transportados, já que envolvem viagens frequentes entre cidades, regiões e estados diferentes.

6.2.4 A execução direta pelo IFNMG é inviável por falta de cargo provido de motorista no Campus Teófilo Otoni.

6.2.5 A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra é rotineira nas unidades do IFNMG e na Administração Pública como um todo. Assim, estão presentes as condições técnicas mais favoráveis ao planejamento e gestão desse tipo de solução. Justificativa econômica, considerando todo o ciclo de vida da solução contratada: As únicas despesas decorrentes da contratação referem-se à remuneração pela própria execução continuada das atividades. Logo, não se aplicam custos pós-aquisição.

6.3. QUANTO À NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MAIS DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO SIMULTÂNEA (IPPC, PÁGINA 25)

6.3.1. Não foi verificado motivo para contratação de mais de uma empresa para execução simultânea do objeto tratado neste estudo técnico preliminar.

6.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

6.4.1. Será necessário exigir dos licitantes os seguintes requisitos de qualificação técnica:

I - Técnico-operacional:

(X) Certidão ou Atestado de capacidade técnica que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Justificativa: Conforme respaldado pela IN 5/2017, as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra requerem seleção de empresas com capacidade comprovada, tendo em vista os danos causados à Administração e aos profissionais alocados na execução contratual quando as empresas falham na execução desses contratos. Inclusive, é permitida e recomendável a exigência de comprovação de atuação por prazo igual ou superior a 3 anos nesse tipo de contrato.

Há uma presunção de maior segurança para os profissionais terceirizados e para o IFNMG quando é selecionada uma empresa que tem um maior tempo atuando em contratos desse tipo. Contratos com dedicação exclusiva de mão de obra apresentam riscos graves relacionados à condição econômica e técnico-operacional do fornecedor contrato. Quando o fornecedor deixa de pagar salários no prazo ou de recolher o FGTS, por exemplo, há um impacto imediato para as pessoas envolvidas, além de colocar em risco a continuidade dos serviços (e por consequência, o atendimento da necessidade que gerou a contratação).

O contrato será firmado para vigor por 12 meses, mas com possibilidade de prorrogação por até 10 anos. Logo, a exigência de 3 anos de experiência é razoável.

Conforme consta no ACÓRDÃO 1214/2013 - PLENÁRIO:

"123. Pesquisa apresentada pelo SEBRAE-SP demonstra que em torno de 58% das empresas de pequeno porte abertas em São Paulo não passam do terceiro ano de existência. Esse dado coaduna com a constatação da Administração Pública de que as empresas estão rescindindo, ou abandonando, os contratos, antes de completados os sessenta meses admitidos por lei.

124. Portanto, em relação ao prazo, a proposta do grupo é a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação.

82. Estando as exigências dentro dos limites autorizados pela lei, não há porque a priori, considerá-las indevidas. O que se deve verificar é sua pertinência para garantir a cumprimento (ou ao menos diminuir o risco de descumprimento) das obrigações das contratadas, sem restringir indevidamente a competitividade das licitações. Entendo que os argumentos utilizados pelo grupo demonstram a adequabilidade dessas exigências, que já foram consideradas legais pelo Tribunal em algumas ocasiões, conforme registrado abaixo. Mencione-se que nos processos abaixo mencionados, a própria 3ª Secex manifestou-se pela legalidade dessas exigências:

. ementa do Acórdão 2939/2010-TCU-Plenário:

. trecho do voto: 8. Acrescente-se que, na situação em foco, o estipulado prazo de três anos de atuação no mercado, conforme reconheceu a Secex/3, é compatível, dada a natureza contínua dos serviços em questão, com o prazo máximo de 60 meses autorizado pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993."

JUSTIFICATIVA: Não será permitido o somatório de períodos concomitantes, constantes em atestados distintos, para comprovar a experiência de 3 anos porque, por óbvio, a execução de vários contratos curtos, ao mesmo tempo, não equivale à execução de contrato por período maior. A experiência de 3 anos não pode ser aferida pelo conjunto maior de atividades em período mais curto.

6.5. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

6.5.1. Serão feitas as seguintes exigências de qualificação econômico-financeira:

(x) balanço patrimonial

Justificativa: Contratados com dedicação exclusiva de mão de obra exigem boa saúde financeira das empresas, já que há várias despesas com data certa de vencimento, a exemplo de salários, vales alimentação e transporte e encargos de FGTS e INSS. Assim, deve ser adotada a previsão legal quanto ao balanço patrimonial constante no art. 69, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Cabe ressaltar que a IN 5/2017, ainda aplicável com base na IN 98/2022, por no item 11.1 do Anexo VIIA estabelece que a Administração DEVE fazer essa exigência.

Será exigido o balanço apenas do último exercício social exigível.

(x) atendimento dos índices econômicos previstos no edital.

Justificativa: A exigência de balanço sem avaliação de índices que indiquem a situação financeira da empresa seria inútil. Assim, serão exigidos os índices usuais LC, LG e SG.

Cabe ressaltar que a IN 5/2017, ainda aplicável com base na IN 98/2022, no item 11.1 do Anexo VII-A, estabelece que a Administração DEVE fazer essa exigência.

(x) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

Justificativa: contratar empresa em processo de falência traria danos ao IFNMG e aos profissionais alocados na execução contratual. Assim, deve ser adotada a previsão legal quanto ao balanço patrimonial constante no art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021.

(x) relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira

Justificativa: Mesmo com bons índices econômico-financeiros, um licitante pode assumir tantos novos contratos que sua capacidade econômica fica comprometida, passando a empresa a depender dos pagamentos feitos pelo órgãos contratantes para só então arcar com suas obrigações regulares. Mas isso seria indevido, já que os pagamentos de salários e benefícios tem vencimento antes do prazo de pagamento pelo contratante. Assim, é importante avaliar o grau de comprometimento da capacidade econômica da empresa por meio da relação de compromissos assumidos, na forma previsto no art. 69, § 3º, da Lei 14.133/2021.

Cabe ressaltar que a IN 5/2017, ainda aplicável com base na IN 98/2022, no item 11.1 do Anexo VII-A, estabelece que a Administração DEVE fazer essa exigência.

(x) exigência de capital circulante líquido de no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação e de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação A mera exigência de índices contábeis não é suficiente para garantir a boa condição

Justificativa: econômica de um fornecedor. Por exemplo, uma empresa com R\$ 10,00 de ativo total e 9,00 de compromissos totais teria resultado superior a 1 em todos os índices contábeis apresentados neste tópico. Mas, com certeza, não teria condições econômicas para assumir o contrato ora planejado.

Cabe ressaltar que a IN 5/2017, ainda aplicável com base na IN 98/2022, no item 11.1 do Anexo VII-A, estabelece que a Administração DEVE fazer essa exigência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. MÉTODO DE QUANTIFICAÇÃO

7.1.1 Quantidades dos serviços:

7.1.1.1. As quantidades solicitadas justificam-se por:

1. O Campus Teófilo Otoni não dispõe de motorista. Para transporte dos alunos para eventos, em ônibus, microônibus e van, a unidade recorre a outros Campi e Reitoria, para viabilizar o atendimento.
2. Pelo exposto, em razão da natureza das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desempenhadas pelo motorista, entendemos que há aspectos que deverão compor o seu perfil. Recomendamos que, dentre as qualificações e competências necessárias para exercício da função, seja exigida do profissional, Carteira Nacional de Habilitação - CNH de categoria D e recomendamos requisitos para atendimento da condução de ônibus e micro-ônibus, para transporte dos alunos.
3. Solicitamos um posto de motorista em razão da grande demanda de viagens dos setores do Campus Teófilo Otoni.
4. Antevendo possíveis imprevistos no trajeto, que redundem em atraso na viagem, estimamos o quantitativo de horas-extras e adicional noturno, por prever que poderão haver ocasiões em que não será possível a compensação por meio do banco de horas.

7.1.1.2. Deverá ser previsto o uso do banco de horas, com base no § 5º do Art. 59 da CLT:

[...]

Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

[...]

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

[...]

§ 5º O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

[...]

7.1.3. As quantidades a serem contratadas para os serviços são as seguintes:

ITEM - SERVIÇOS DE MOTORISTA			
SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL
1	PPrestação de serviço de transporte, sem fornecimento de automóvel, com dedicação exclusiva de mão de obra de motorista, com habilitação para conduzir, profissionalmente, ônibus e micro-ônibus, Categoria "D" em jornada de 40 horas semanais, diurnas de segunda a sexta-feira, com possibilidade de trabalho em outros dias, com adoção de banco de horas, <u>sem prejuízo da remuneração de 44 horas semanais</u> , conforme Decreto 12.174 /2024, IN 190/2024 e IN 148/2026 - CBO 7823-05.	Posto	01
2	Horas extras para motorista categoria D, em dia normal de trabalho	Hora extra	15
3	Horas extras para motorista categoria D, em dias de repouso ou feriado	Hora extra	05
4	Adicional noturno para motorista categoria D	Adicional noturno	01
5	Provisão para despesas com pousada, alimentação, balsas, pedágio, táxi, uber, metro, ônibus, em viagens a serviço, conforme item próprio deste termo de referência.	Provisão mensal	01
6	Provisão para pagamento de reembolso creche, nas condições previstas no termo de referência	Provisão	01

7.2. UNIFORMES

7.2.1 A contratação dos serviços deverá contemplar uniformes, sendo tais custos especificados na planilha a ser entregue junto com a proposta.

7.2.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, no mínimo, os seguintes quantitativos:

COMPONENTE POR PROFISSIONAL	QUANT. SEMESTRAL	QUANT. ANUAL
Calça Modelo social. Cós com entretela, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça. 2 bolsos laterais, embutidos. 2 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão	02	04
Camisa, Tecido cor branca, Mangas curtas, Bolso na parte superior do lado esquerdo sobreposto	02	04
Cinto Masculino em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável	-	01
Par de Meias, tipo social, de boa qualidade	03	06
Crachá, com nome e foto	-	01
Par de Sapatos, tipo social, em couro, cor preta, confortável e de boa qualidade	-	01
Casaco para frio, com botões ou zíper	-	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 154.266,37

8.1. MÉTODOS ADOTADOS NA ESTIMATIVA DOS PREÇOS

8.1.1. Para estimativa dos preços da contratação serão adotados os seguintes métodos:

Parâmetros prioritários previstos no art. 5º da IN 65/2021:

(X) Inciso I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) Inciso III - Sítios eletrônicos especializados

Para custos da mão de obra:

(X) composição detalhada conforme IN 5/2017 e cadernos técnicos do MGI.

8.2. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

Nota: Os preços estimados abaixo são preliminares e serão atualizados no orçamento estimativo para a licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO MESAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Prestação de serviço de transporte, sem fornecimento de automóvel, com dedicação exclusiva de mão de obra de motorista, com habilitação para conduzir, profissionalmente, ônibus e micro-ônibus, Categoria "D" em jornada de 44 horas semanais, diurnas de segunda a sexta-feira, com possibilidade de trabalho em outros dias, com adoção de banco de horas, <u>sem prejuízo da remuneração de 44 horas semanais</u> , conforme Decreto 12.174/2024, IN 190/2024 e IN 148 /2026 - CBO 7823-05. Quantitativo total de motoristas: 01 (um)	Posto	1	8.420,32	8.420,32	101.043,84
2	Horas extras para motorista categoria D, em dia normal de trabalho	Hora extra	15	54,21	813,15	9.757,80
3	Horas extras para motorista categoria D, em dias de repouso ou feriado	Hora extra	5	67,76	338,80	4.065,60
4	Adicional noturno para motorista categoria D	Adicional	1	6,78	6,78	81,36

5	Provisão para despesas com pousada, alimentação, balsas, pedágio, táxi, uber, metro, ônibus, em viagens a serviço, conforme item próprio deste termo de referência.	Provisão mensal	1	3.152,58	3.152,58	37.830,96
6	Provisão para pagamento de reembolso creche, nas condições previstas no termo de referência	Provisão	1	123,90	123,90	1.486,81

8.3. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

8.3.1. Para esta contratação, será elaborada Planilha de Composição detalhando cada custo unitário por meio dos quantitativos, coeficientes de utilização e preços de cada componente (material, mão de obra, tributos, despesas indiretas e lucro), conforme orçamento estimativo que constará no processo 23791.000291/2026-10.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. PARCELAS PRINCIPAIS DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

9.1.1. A solução a ser contratada pode ser dividida na seguinte parte principal:

a) Serviços de motorista

9.2. QUANTO AO MELHOR APROVEITAMENTO DO MERCADO E AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

9.2.1. O objeto da presente contratação é composto por um único serviço. Assim, com destaque aos princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível que a contratação se dê a uma única empresa e pelo menor preço global anual.

9.2.2 A contratação de um único prestador de serviço é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter uma maior qualidade do serviço, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a um mesmo administrador, maior interação entre as diferentes fases da prestação do serviço, a maior facilidade no cumprimento do cronograma e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução da prestação de serviço em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados, o que dificultaria identificar o responsável por alguma falha no caso de contratação separada.

9.3. QUANTO À VIABILIDADE TÉCNICO OPERACIONAL DO PARCELAMENTO

9.3.1. O parcelamento é técnico e operacionalmente possível, mas não é recomendável, conforme justificado abaixo.

9.4. QUANTO À VIABILIDADE ECONÔMICA DO PARCELAMENTO OU PERDA DA ECONOMIA DE ESCALA

9.4.1. O parcelamento não é recomendável sobre o ponto de vista econômico, já que implica em menor margem de economicidade, pois objetos mais vultosos se tornam mais competitivos no presente caso.

9.5. DECISÃO QUANTO AO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.5.1. A decisão é não parcelar o objeto de contratação, adotando-se a adjudicação em grupo único, conforme justificado abaixo.

9.5.2. Nesse sentido, tem espaço o raciocínio expresso no Acórdão 1214/2013 - TCU Plenário:

112. As empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não são especialistas no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. (...).

9.5.3. O parcelamento dos serviços, de forma a permitir a seleção de mais de um fornecedor, mostra-se tecnicamente possível, mas não recomendável, pelos motivos expostos nos demais itens deste tópico.

9.5.4. Do ponto de vista da economia de escala, não se mostra adequado o parcelamento, tendo em vista que custos administrativos, tais como faturamento, frete de uniformes e material de limpeza e custos com preposto podem ser reduzidos quando o número de contratos administrativos é menor. Assim, o parcelamento comprometeria a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

9.5.5. O parcelamento exigiria maior trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

9.5.6. Esse entendimento está alinhado ao exposto no Acórdão Nº 1214/2013 – TCU – Plenário:

9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;

9.5.7. Visto que foi decidido pela contratação em LOTES/GRUPOS DE ITENS, seguem as cautelas que FORAM adotadas:

- a) Os lotes foram formados apenas com itens afins, que podem ser fornecidos pela mesma empresa sem limitação indevida à competitividade, levando-se em conta o mercado fornecedor e o melhor aproveitamento das ofertas.
- b) Os agrupamentos realizados têm potencial de contribuir para maior economia de escala em função de maior competição e maiores descontos.
- c) Os agrupamentos aumentam o potencial de serem apresentadas propostas mais vantajosas do ponto de vista da padronização e da eficiência do fornecimento ou execução do serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. CONTRATAÇÕES ANTERIORES CONSIDERADAS

- Contratação constante no processo 23414.000887/2015-64
- Contratação constante no processo 23791.000813/2019-54

10.2. CONTRATAÇÕES VIGENTES QUE PODEM INTERFERIR NO PLANEJAMENTO

Não se aplica.

10.3. CONTRATAÇÕES FUTURAS QUE PODEM SER AFETADAS

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. VINCULAÇÃO DA DESPESA COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

11.1.1. A necessidade de contratação está vinculada aos seguintes objetivos e indicadores previstos no Plano de do IFNMG, versão 2024/2028:

OBJETIVO	INDICADOR ASSOCIADO AO OBJETIVO
Todos	Todos

11.1.2. Por dar suporte ao funcionamento do IFNMG Campus Teófilo Otoni é correto afirmar que os serviços ora planejados estão vinculados a todos os objetivos e indicadores do PDI.

11.2. PREVISÃO NO PCA

11.2.1. A despesa está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10727655000110-0-000010/2026

II) Data de publicação no PNCP: 10/04/2026

III) Id do item no PCA: 1

IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL

11.3. COMPATIBILIDADE COM O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

11.3.1. A contratação deverá observar os objetivos e metas previstas no Plano Diretor de Logística Sustentável do IFNMG, em tudo que for pertinente e tecnicamente viável. O PLDS pode ser consultado em [https://documento.ifnmg.edu.br /action.php?kt_path_info=ktcore. actions. document.view&fDocumentId=67896](https://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=67896)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS ESPERADOS (RESULTADOS PRETENDIDOS)

12.1.1. Manutenção do suporte às atividades de educação e administrativas do Campus Teófilo Otoni. Trata-se de serviço essencial para o desenvolvimento eficaz das atividades institucionais, uma vez que não existe no Campus quadro de servidor efetivo para o desempenho da função de motorista.

12.2. INDICADORES PARA O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

12.2.1. Para avaliação do nível de qualidade na execução contratual, os resultados serão medidos com base nos indicadores previstos no termo de referência, que servirão de base para redimensionamento do valor devido ao fornecedor caso não produza os resultados acordados ou não atinja a qualidade exigida.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. ADEQUAÇÕES NO AMBIENTE DA INSTITUIÇÃO

13.1.1. Não foi identificada necessidade de adequações no ambiente do órgão.

13.2. QUANTO À CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

13.2.1. O Departamento de Administração e Planejamento deverá se certificar de que os indicados para a gestão e fiscalização do contrato tenham participado de capacitações específicas para esses encargos, antes da assinatura do termo de contrato, conforme exigência do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais em virtude da presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações já expostas, consideramos a contratação viável

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERVANIO FERNANDES MATOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 11:03:53.

GERFSON VIANA SANTOS

Membro da comissão de contratação